

301.152.2(816.43-96)

BRASILIANA C 2682

VOLUME 307 ex. 1

1964

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

E

OCTÁVIO IANNI

FUNDAÇÃO G. F. M.
BIBLIOTECA CENTRAL
CUIABÁ - MT

Côr e Mobilidade Social em Florianópolis

*Aspectos das relações entre negros e brancos
numa comunidade do Brasil Meridional*

Prefácio de
FLORESTAN FERNANDES

*Obra executada nas oficinas da
São Paulo Editora S. A. — São Paulo, Brasil.*

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL MT.
BIBLIOTECA CENTRAL
LD 05436
CUIABÁ - MT.

FUNDAÇÃO U. F. MT.
BIBLIOTECA CENTRAL
CUIABÁ - MT.

A
Roger Bastide
e
Antônio Cândido

Exemplar Nº 0553

1960

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
SÃO PAULO, BRASIL

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brasil

Índice

<i>Prefácio, por Florestan Fernandes</i>	XI
<i>Introdução</i>	XXV

PRIMEIRA PARTE

I — <i>O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis</i>	3
1) <i>Algumas características da colonização portuguesa no Brasil Meridional</i>	3
2) <i>A mão-de-obra escrava no povoamento da Ilha de Santa Catarina</i>	10
3) <i>As mudanças na estrutura sócio-econômica e o aproveitamento da mão-de-obra escrava no século XVIII</i>	15
4) <i>Desenvolvimento econômico e mudanças estruturais no século XIX</i>	40
5) <i>O Negro na estrutura ocupacional da comunidade</i> ..	66
6) <i>Branços e negros na população catarinense</i>	76
7) <i>Mudança econômica e reintegração do sistema ocupacional</i>	94
II — <i>Economia e Estrutura Social: aspectos do desenvolvimento da situação de contacto</i>	119

SEGUNDA PARTE

III — <i>Raça e mobilidade social</i>	153
IV — <i>A ideologia racial do branco</i>	191
V — <i>A ideologia racial do negro e do mulato</i>	211

TERCEIRA PARTE

<i>Conclusões</i>	227
<i>Apêndice</i>	237
<i>Notas</i>	245
<i>Bibliografia</i>	280

PREFÁCIO

O PROGRESSO das ciências sociais no Brasil vem se refletindo de modo extenso e profundo no volume e na qualidade das investigações sôbre relações étnicas e raciais. Semelhante tendência é muito natural, pois o nosso país constitui, como se diz vulgarmente, um *cadinho de raças e de culturas*. Ainda que tais investigações se proponham móveis empíricos e teóricos — até o presente, tôdas elas foram empreendidas com o objetivo de aumentar nossos conhecimentos sôbre as diferentes situações de contacto inter-étnico ou racial, caracterizáveis na sociedade brasileira — indiretamente elas satisfazem necessidades práticas de alcance coletivo. Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da “civilização ocidental” no Brasil. Sob êsse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interêsse prático iniludível.

O público leigo nem sempre atenta, convenientemente, para a mencionada significação dessas investigações. Estamos tão convencidos de que “o Brasil constitui uma democracia racial”, que aplicamos mal mesmo as regras do bom senso na avaliação dos resultados a que chegam os investigadores. Com raras exceções, questionam-se os resultados à luz de argumentos que outra coisa não fazem senão justificar e

FFC
UM DELES

defender as concepções econômicas, políticas e morais das camadas sociais que sempre tiraram proveito da desigualdade e das diferenças de oportunidade, consagradas ou mantidas pela ordem social herdada do passado. Em conseqüência, os advogados da tradição se convertem, insensivelmente, em obstáculos vivos à implantação da nova mentalidade, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social.

Êste ponto precisa ser devidamente ressaltado. É preciso que se tenha em mente que o *preconceito* e a *discriminação* não degradam nem os seus portadores, nem as suas vítimas. Ambos são expressões da maneira pela qual a sociedade e a cultura organizam o comportamento dos seres humanos. Integram-se, estrutural e dinamicamente, no horizonte intelectual dos homens, determinando suas formas de conceber as pessoas, seus direitos e deveres, e sua posição na sociedade em que vivem. As convicções religiosas dos "brancos" e os danos seculares dos "negros" e "mulatos", somados a convicções da mesma espécie, criaram ambiente para o florescimento de avaliações emocionais e morais que colocam os dois temas em áreas de discussão proibida. Ora, o cientista social não se preocupa com o assunto neste nível, que para êle é etnocêntrico, de mascaramento das coisas, de respeito às convenções e de preservação da "paz doméstica", como diziam os ensaístas brasileiros do século XIX. Ao proceder à análise e à caracterização das situações, êle não condena nem o "branco" por ter preconceitos, nem o "negro", por suportá-los; êle tampouco se insurge contra manifestações mais ou menos disfarçadas de discriminação, que mantêm a posição dominante de uma "raça" e a posição simetricamente subordinada de outra. Limita-se a mostrar como, em dadas condições de organização da sociedade, tais coisas podem dar-se e podem perpetuar-se. Doutro lado, põe

em evidência o que certos estereótipos, avaliações, padrões de comportamento e valores sociais representam como *obstáculos* à mudança social. Nenhuma ordem social seria tão perfeita, aos olhos dos senhores de escravo do século XIX, quanto à da sociedade escravocrata e senhorial brasileira da época. Mesmo a escravidão era definida como um *bem*, que daria aos escravos conforto, segurança e freios morais. Os que se opuseram à escravidão pensavam exatamente o contrário e tinham em vista libertar especialmente o *branco* culto e abastado das peias produzidas pela escravidão. O problema continua o mesmo. O ideal brasileiro de uma democracia social, acima mesmo das diferenças étnicas e raciais, é o ideal mais elevado que uma coletividade chega a propor-se. Mas, para que êle se concretize, torna-se indispensável saber o que o detém na vida cotidiana.

Aí está o sentido mais profundo da contribuição positiva do cientista social. Êle não censura os agentes humanos, sequer em termos dos valores que servem para justificar suas ações. Tenta, somente, mostrar o grau de congruência existente entre as ações e os valores sociais. Muitas vezes, as omissões ocorridas na observância dos valores são freqüentes e clamorosas; o que não impede que os agentes humanos ignorem ou dissimulem êsse fato. Analisando-se as condições em que isso se dá, constata-se que os agentes atuam convictos da própria integridade, movidos por motivações que obliteram o reconhecimento objetivo da verdade. Nem por isso as incongruências deixam de refletir-se no grau de integração da ordem social estabelecida. Considerada através das formulações ideais, objetivadas culturalmente, a ordem social é uma; encarada através dos comportamentos manifestos dos indivíduos, mais ou menos incongruentes com aquelas formulações ideais, a ordem social é outra. Essa situação exemplifica o que os especialistas designam com o termo "inconsistência cultural". O

comportamento dos indivíduos e o funcionamento das instituições não correspondem nem às determinações morais, impostas explicitamente por normas e valores sociais, nem aos requisitos ideais de organização da vida social, aceitos por todos como os fundamentos da própria ordem social estabelecida.

Ora, está fora de dúvidas que inconsistências dessa natureza restringem as potencialidades de desenvolvimento dos sistemas sociais. A perpetuação delas exprime estados de inércia cultural, que comprometem a capacidade dos agentes humanos na realização de certa concepção do mundo e da filosofia moral correspondente. Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do "bom-tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. Se insistimos neste aspecto da questão é porque êle é essencial, quando se atenta para o futuro do Brasil como parte dos países integrados na órbita da civilização ocidental. O que está em jôgo não é apenas a nossa possibilidade de imitar povos "mais adiantados" ou seja, de reproduzirmos o regime democrático com estilos de vida correlatos, tal como êle pode ser idealizado pela experiência histórica dos povos em questão. Mas, a perspectiva de conseguirmos êsse intento sem perdas culturais.

Dêsse ângulo, precisamos estar atentos a duas exigências intelectuais distintas, igualmente impositivas e cruciais na cena histórica brasileira. Primeiro, devemos

conhecer melhor o que, em nossa herança socio-cultural, é incompatível com a concepção democrática da vida e com a implantação da democracia no Brasil. Muitos simplificam demais essa questão, pensando que o problema está nos hábitos de mando e nas perversões do uso do poder pelos representantes do patrimonialismo ao velho estilo luso-brasileiro. No entanto, a questão é bem mais complexa. Aos hábitos e expectativas de mando das antigas camadas dominantes correspondem hábitos de subordinação e obediência, tanto quanto representações que legitimam a dominação patrimonialista em termos das tradições. Além disso, com a mudança rápida da situação, amplos setores da população — *em tôdas as camadas da pirâmide social* — não chegaram a adquirir hábitos novos, fundados em concepções racionais das relações entre meios e fins e nos valores que legitimam a dominação burocrática. Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos idéias justas sôbre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em tôrno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação. Segundo, devemos conhecer, igualmente, o que deve ser preservado, a todo custo, em nossa herança socio-cultural. Um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social. Muitas vêzes, êste se faz ao longo de sacrifícios materiais e morais demasiado penosos, produzindo desorganização social permanente e seleção negativa de valores sociais, que poderiam preencher funções criadoras na própria reconstrução do sistema civilizatório. Vários "países subdesenvolvidos" estão trilhando êsse caminho. Seria impor-

tante que o Brasil não os imitasse. A civilização ocidental é suficientemente rica e plástica para permitir amplas diferenças entre os sistemas culturais nacionais, que se organizam através de seus valores ideais básicos. Faltam-nos certas experiências históricas, suscetíveis de intensificar e dar solidez ao desenvolvimento da democracia social no Brasil. Entre êles, contam a ausência de um senso fundamental de respeito à pessoa humana e a incapacidade relativa de explorar com eficácia os modelos institucionais de organização grupal das atividades humanas. Em troca, dispomos de algumas realizações que merecem ser preservadas, por serem potencialmente positivas a êsse respeito. Podemos incluir entre elas, a tolerância convencionalizada nas relações raciais e o mínimo irredutível de sobrançeria, que caracteriza a expressão assumida pelo individualismo e pela autonomia da pessoa quer em nosso *homem culto*, quer em nosso *homem rústico*. Componentes psico-sociais dessa espécie, com suas bases dinâmicas socio-culturais, merecem não só análises mais profundas; precisamos passar a encará-los com a parte positiva do nosso legado cultural, no processo incipiente de modernização do sistema civilizatório brasileiro.

Em suma, convidamos o leitor a suspender julgamentos correntes em nossos meios letrados e a fazer uma sorte de revolução copernicana em seus critérios de avaliação intelectual. Não devemos continuar provincianos, repelir conclusões fundamentadas em fatos coligidos através de inquéritos positivos, só porque êles não coincidem com estereótipos ou com concepções tradicionais arraigadas. Procedendo dessa forma, corremos o risco de considerar *perfeita* uma democracia racial que ainda se está formando e polindo. Doutro lado, devemos principalmente adotar um novo estado de espírito, que nos facilite a tarefa de tirar proveito real das contribuições intelectuais dos cientistas sociais. Mesmo

que incorram em defeitos ou limitações, elas alargam nossa capacidade de representar as condições e os processos da vida social organizada em nosso meio. Além disso, ampliam os nossos critérios de reconhecimento objetivo das exigências da situação histórico-social brasileira. Se não fizermos isso, corremos o risco anacrônico de alimentar separações que não devem existir entre intelectuais, que se entendem "especialistas" ou "leigos" conforme as perspectivas de que avaliem sua produção e sua responsabilidade. Existe, ainda hoje, um fôso entre ambos, o qual concorre para manter isolamentos improdutivos e adversos às funções criadoras da inteligência. O historiador ou o economista, por exemplo, teimam em ignorar a contribuição específica do etnólogo ou do sociólogo para os seus estudos em realização. Nisso, são pagos com a mesma moeda por êstes. O crítico literário ou o romancista continuam fascinados por modelos pré-universitários de trabalho, plenamente justificáveis no passado mas obsoletos em nossos dias. O jornalista ainda se aferra a ambições olímpicas, da auto-suficiência poligráfica. E assim por diante! A consequência fatal é sempre a mesma... Esterilização dos esforços bem sucedidos e um eterno recomeçar do marco zero, por temor à colaboração, ao diálogo e ao trabalho verdadeiramente intelectual, que é coletivo. Após os resultados de investigações etnológicas ou sociológicas criteriosas, historiadores retomam temas sôbre a vida social entre os aborígenes, a colonização do Brasil, etc., segundo chavões inconsistentes e deformativos. O "como se" orienta a interpretação dos processos econômicos, descritos como forças autônomas e incondicionadas socialmente. O crítico trata de obras realizadas conforme diretrizes científicas como se discutisse um discurso parlamentar de Rui Barbosa. Inversamente, o sociólogo ou o etnólogo ignoram mais do que deveriam os resultados

a que chegaram aquêles seus colegas, que permitiriam estabelecer interpretações mais integrativas das relações entre a estrutura social e a economia, o fluxo histórico, as repercussões dos padrões de gôsto ou de consumo literário na organização do público e no destino final das produções intelectuais, etc.

O presente livro convida-nos a tais reflexões. A razão disso é simples. Êle constitui um índice flagrante de que certas tendências de produção científica acabaram por fixar-se em nosso meio. Êle força-nos a pensar na contribuição dos cientistas sociais em têrmos de *processo* — de algo que tem continuidade, dimensão e sentido próprios. Seus autores, que fazem parte dos cientistas sociais mais promissores da nova geração, nêle nos dão uma amostra do padrão de trabalho que está guiando, efetivamente, as exigências e as ambições dos investigadores que possuem boa formação especializada. Por acaso, trata-se da primeira experiência de ambos na realização de um projeto completo de pesquisa e na redação de uma monografia. Além disso, a própria pesquisa foi feita nas condições habituais de escassez de recursos, impondo sérias limitações do período de permanência em campo e na exploração das técnicas acessíveis de investigação. Condições aleatórias como essas seriam irrelevantes para a avaliação das tendências fundamentais de desenvolvimento da sociologia em centros científicos mais avançados. Em face da situação brasileira, entretanto, elas possuem profunda significação. A razão disso é simples: elas revelam com clareza os ideais de trabalho reputados *essenciais*, pelos cientistas sociais brasileiros, encarados como verdadeiros "mínimos" em sua definição dos objetivos da investigação científica das sociedades humanas.

Pode-se constatar a veracidade dessa conclusão, em primeiro lugar, no plano metodológico. A monografia

de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni sôbre relações entre negros e brancos em Florianópolis constitui um produto marginal de investigação mais ampla. Ela reúne indicações levantadas com o fito de selecionar as unidades definitivas do projeto de estudos. Até hoje, não se fêz nada semelhante no Brasil. Mesmo os autores que se referem à exploração de *casos típicos*, em suas investigações, nunca realizaram sondagens prévias suficientemente aprofundadas da realidade. Doutro lado, negligenciaram a importância de publicar trabalhos que contivessem o material porventura utilizado na seleção dos casos e que permitissem apreciar os próprios critérios de seleção. Em face disso, só temos a lamentar que esta monografia apresente, apenas, fatos concernentes a um dos casos — exatamente um dos que não se tornou objeto de investigação intensiva posterior. De qualquer modo, porém, achamos que ela oferece um bom quadro de referência para a apreciação dos critérios usados no levantamento prévio e, principalmente, da consistência dos conhecimentos de que se serviram os investigadores para escolher as unidades da investigação sistemática. Do ponto de vista metodológico também merecem realce as diretrizes que orientaram os investigadores. Aqui, é preciso considerar o modelo de "survey" pôsto em prática e os propósitos mais gerais do projeto global. Quanto ao modelo de "survey", deve-se notar o esforço de adequar essa técnica a um conhecimento mais penetrante da realidade. O objetivo foi alcançado mediante a complementação da observação intensiva dos aspectos da situação, que interessavam à sondagem, pelos resultados de questionários e da reconstrução histórica. Quanto aos propósitos gerais do projeto, parece-nos rica de conseqüências metodológicas a diretriz explorada pelos autores de conhecer o "passado" pelo "presente". Os caracteres das comunidades investigadas traduzem dife-

LIMITA-
ÇÕES DE
RECURSOS

rentes estágios de diferenciação e reintegração da sociedade brasileira e, por conseguinte, do sistema de relações sociais no Brasil. A formulação e o aproveitamento dessa idéia abre novas perspectivas quer aos estudos de caso, quer à elaboração comparativa dos resultados que se consigam obter através dêles.

A mesma conclusão pode ser corroborada pelas implicações e contribuições da monografia no plano estritamente empírico. A significação do preparo especializado aqui se revela plenamente. Os autores evitaram a pretensão de reconstruir e de explicar "tudo", a qual transparece, desordenadamente, em quase tôdas as tentativas precedentes de análise histórico-sociográfica da *realidade brasileira*. Restringiram-se aos aspectos do sistema de relações raciais e da sociedade global que precisavam ser "conhecidos", como condição para a escolha dos casos. Mas, êsses aspectos foram reconstruídos e analisados metódicamente, ainda que nos limites de uma sondagem exploratória. Assim se explica o grau de sucesso alcançado pelos autores em dois níveis distintos. De um lado, na compreensão e interpretação de certos fenômenos ainda mal conhecidos na sociedade brasileira — a estrutura da economia colonial; os influxos dessa economia nos processos de crescimento econômico; as conexões existentes entre as bases econômicas do sistema social e a organização das relações raciais; as origens e as funções sociais dos estereótipos raciais; as situações de interêsses e os valores sociais que promovem o solapamento ou o refôrço dos estereótipos raciais; etc. De outro, na maneira de definir e compreender a situação de contacto em termos da totalidade das condições, fatores e produtos de um mesmo *continuum* histórico-social: o que permitiu descrever os diversos aspectos dinâmicos do sistema de relações raciais, em sua formação, em sua evolução, em sua inte-

gração atual e nas tendências à reintegração que podem ser percebidas no presente.

A referida conclusão pode ser comprovada, por fim, no plano da contribuição teórica trazida por esta monografia aos estudos sociológicos das relações raciais no Brasil. Entre os sociólogos ainda prevalece a suposição de que o "survey" se alimenta de intentos sociográficos. No entanto, os estudos dos discípulos de Park e de Burgess (para só citar os que aproveitaram explicitamente as perspectivas abertas pela *cientificação* do "survey"), demonstram que essa técnica pode ser associada a intuições teóricas variáveis. No trabalho em aprêço, há dois pontos a considerar-se, de efetiva significação "teórica". Um dêles é pacífico: no caso, o levantamento se prende a uma linguagem empírica de definição dos problemas teóricos. Em outras palavras, isso quer dizer que o "survey" representa um instrumento da teoria, fornecendo à inteligência: a) critérios empíricos rigorosos de proposição das hipóteses; b) meios rudimentares de comprovação da plausibilidade e da consistência empíricas das hipóteses aventadas. O outro ponto não é tão pacífico, mas parece igualmente relevante: as evidências empíricas acumuladas, que permitem descrever e interpretar os processos estudados, são naturalmente úteis a investigações ulteriores, de teor comparativo. O fato dessas evidências serem obtidas e comprovadas através dos recursos fornecidos pelo levantamento exploratório deixa de ser importante, passando para primeiro plano as sugestões, conclusões ou hipóteses que constituam o saldo positivo da contribuição teórica específica do próprio levantamento. É certo que, de modo geral, êsse aspecto da contribuição de uma sondagem deve ser visto com reservas. Não devemos ignorar,

todavia, que nesta monografia ela cobre uma área da sociedade brasileira quase inexplorada pelos especialistas. Em consequência, confere-nos a possibilidade de saber se certas explicações, obtidas no estudo de outras situações de contacto no Brasil, são válidas para a zona meridional da sociedade brasileira. Acresce que as explanações apresentadas suscitam, aqui ou ali, pistas novas e a formulação de hipóteses dignas de consideração, como o leitor verificará facilmente nas passagens relativas às vinculações entre a organização econômica da sociedade e o sistema de ajustamentos raciais ou às funções dos estereótipos raciais em sucessivos contextos histórico-sociais. No conjunto, pois, a monografia alarga as nossas possibilidades de explicar, sociologicamente, as bases e os produtos socio-dinâmicos das relações raciais na sociedade brasileira.

As mencionadas qualidades da presente contribuição indicam que o cientista social brasileiro já tem um padrão de trabalho intelectual e que é capaz de aplicá-lo segundo os critérios do saber científico-positivo. Isso parece ser da maior importância para nós, porque o processo de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil pode ser sumariamente descrito, no que êle possui de essencial, através de três gerações, que se acham em contacto e em colaboração na vida acadêmica. O fato dos representantes da geração mais nova demonstrarem domínio seguro de seu campo — com as técnicas de investigação e os problemas correspondentes — constitui algo auspicioso, que nos faz confiar no progresso autêntico das ciências sociais em nossas instituições de ensino ou de pesquisa. Êles não incorrem nas mesmas limitações dos membros das duas gerações pioneiras, mais ou menos sacrificados pelas contingências seja da improvisação,

seja da precariedade das condições de trabalho científico organizado. Podem tirar maior proveito de suas energias intelectuais e de sua capacidade criadora, tornando-se assim mais aptos para promover a expansão das ciências sociais nas três esferas correlatas do ensino, da pesquisa e da teoria. Os dois autores dêste livro, pelo que podemos presumir, terão com tóda a certeza uma participação construtiva e marcante nesses desenvolvimentos, que nos colocarão entre os grandes centros de investigação científica dos fenômenos sociais.

São Paulo, 12 de dezembro de 1959

FLORESTAN FERNANDES

INTRODUÇÃO

A UNESCO interessou-se ultimamente pelo conhecimento da situação de contacto entre negros e brancos no Brasil. Patrocinou, por isso, algumas pesquisas sobre o problema em nosso país. Considerações diversas levaram essa instituição a concentrar esses estudos em comunidades localizadas no Brasil norte, nordeste e leste. Na região sul foi efetuada uma investigação na cidade de São Paulo. Associadas com outras que já haviam sido realizadas anteriormente, essas pesquisas permitiram um melhor conhecimento da situação das relações entre negros e brancos no país, no passado e no presente.

Todavia, o estado geral dessas relações na sociedade brasileira não pode ainda ser considerado conhecido. De um lado, faltam-nos dados importantes sobre o passado, dados estes que já foram parcial ou totalmente perdidos. Além disso, a situação de contacto no presente não foi investigada segundo um plano ordenado e critérios uniformes. Há trabalhos que se concentram apenas sobre um dos aspectos do fenômeno. Outros abordam o mesmo aspecto, mas com penetração de análise diversa. Enquanto uma monografia mergulha profundamente no problema, outra permanece na sua superfície. É assim por diante. Até mesmo as pesquisas patrocinadas pela Unesco padecem dessas falhas.

De outro lado, há áreas do país que estão ainda completamente desconhecidas sob esse aspecto. Por uma conjugação curiosa de fatores (entre eles poderíamos

incluir também a interferência da ideologia racial do branco) essas áreas foram desprezadas. Uma delas é a que chamaremos Brasil meridional (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Essa região chamou nossa atenção não apenas porque fôra excluída dos projetos de pesquisa anteriores, mas em consequência de certas peculiaridades de sua formação histórico-social.

Por isso interessamo-nos pelo estudo das relações entre negros e brancos nessa parte do país. Entretanto, como não seria possível, nem necessário, um estudo exaustivo de tôda a área, selecionamos quatro comunidades (Pelotas, Pôrto Alegre, Florianópolis e Curitiba) que oferecem condições para uma análise científica relevante, já que constituem centros de difusão cultural e de dominância econômica e política, além das peculiaridades de sua formação histórica.

Insistindo na significação científica que o estudo dessa região proporciona, cabe lembrar que, quanto à formação histórico-social e econômica, aquêles Estados do sul do país diferem das áreas de povoamento mais antigo, onde as relações raciais já foram estudadas, porque:

- 1) não se desenvolveu nêles, em grande escala, uma exploração de produtos tropicais do tipo colonial⁽¹⁾;
- 2) em consequência, o regime escravocrata teve menor extensão e intensidade do que em outras áreas do país;
- 3) finalmente, a colonização estrangeira (principalmente alemã, italiana e polonesa), nos moldes em que se processou, contribuiu para a elaboração de padrões de convivência racial diversos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais⁽²⁾.

Por outro lado, como as comunidades foram selecionadas tendo-se em vista dois fatores básicos — os diferentes graus de industrialização e urbanização, ao lado da existência de situações polares no que se refere ao coeficiente de negros na população⁽³⁾ — torna-se possível a utilização de procedimentos comparativos numa escala ainda não posta em prática nos estudos de relações raciais realizados anteriormente no Brasil.

Neste livro apresentamos os resultados do levantamento realizado em Florianópolis, que até o século passado denominava-se Destêro.

Florianópolis é uma comunidade cuja base econômica manteve-se quase inalterável desde o século passado até nossos dias. Só recentemente (depois da segunda grande guerra) essa situação começou a modificar-se. A história local nos infôrma que ela tem sido afetada apenas por alterações superficiais e lentas, as quais nos permitem caracterizá-la, ainda hoje, como uma comunidade dominada por uma economia pobre e não muito diferenciada.

É verdade que o regime de trabalho sofreu uma transformação importante: passou-se do trabalho escravo para o trabalho livre. Mas a instalação do regime de trabalho assalariado afetou parcialmente apenas a estrutura econômica da comunidade, mesmo porque a escravidão em Destêro não chegou nunca a ser exclusiva e, depois da introdução dos açorianos, nos meados do século XVIII, não foi nem mesmo predominante. A comunidade sempre foi pobre e nela a produção para a exportação era restrita. Sua economia era, pois, local. Assim é que na atualidade a vida econômica e social de Florianópolis ainda gira principalmente em tórno da vida político-administrativa, de um comércio local regional restrito e da produção agrícola da Ilha e de uma pequena faixa litorânea do continente. Encontramo-nos diante de uma comunidade rural-urbana⁽⁴⁾, isto é, de

uma ordem social cujas camadas guardam ainda caracteres do passado.

Em conseqüência, os negros e mulatos encontram-se em posição econômica e social peculiar. Dado o grau de diferenciação da estrutura econômica, os negros e os mulatos encontram possibilidades limitadas de ascensão social e econômica. Como as condições de existência material mantiveram-se relativamente estáveis desde o passado, eles se viram impossibilitados de ascender na escala social em grande número. Pode-se afirmar que → os padrões de relações raciais elaborados no passado atuam como fatores negativos no peneiramento dos negros e dos mulatos.

Foram esses os fatores que nos permitiram surpreendê-los, em 1955, em situação social e econômica que ainda guarda pontos de contacto com a ordem escravocrata. Em conjunto, essa situação mantém diversos caracteres da antiga ordem, o que faz de Florianópolis um importante objeto de estudo. De um lado, porque permite conhecer melhor um estado de acomodação inter-racial peculiar em relação à sociedade brasileira tradicional, dado ser uma área que não se desenvolvera nos moldes da economia colonial. De outro, porque nos dá uma perspectiva para analisar, objetivamente, processos que ocorreram, em situações e condições similares, no passado.

Assim, parte da "população de côr" de Florianópolis encontra-se ainda relativamente à margem, tanto no que diz respeito à estrutura econômica, quanto no que tange à estrutura social, encontrando limitadas oportunidades de classificação econômica e social. Esta situação, aliás, reflete-se na própria distribuição ecológica dos negros, mulatos e brancos. Apenas nas últimas décadas uma grande parte dos negros e mulatos conseguiu modificar os seus padrões de integração à ordem social, vindo a desfrutar de certas possibilidades abertas pela

mudança social e pela ascensão social das camadas populares. Isto explica a inexistência de uma verdadeira e extensa "elite de côr". Poucos atingiram a classe média até o presente. Veja-se, por exemplo, a frequência dos "elementos de côr" nas escolas secundárias⁽⁵⁾. E raros alcançaram as profissões liberais.

É evidente que nos processos de peneiramento, de integração e ascensão intervêm padrões de comportamento inter-racial que emergiram no passado. Quando os negros e mulatos, vindos da escravidão, começam a se reintegrar na estrutura econômica e social da comunidade, entram em jogo fatores negativos que dificultam a aquisição de um novo *status* econômico e social. Aliás, esse processo é lento até a década de 1930-40, já que a estrutura econômica evoluiu vagarosamente. Com as repercussões da guerra de 1939-45 a comunidade é levada a novos desenvolvimentos, particularmente no plano das atividades comerciais, além de alguns prenúncios de industrialização, o que acelera o ritmo das transformações. Nesse momento, aproveitando as oportunidades abertas, o negro e o mulato procuram conquistar novas posições. Todavia, como afirmamos, as bases fundamentais da vida econômica da comunidade não se alteram profundamente. Mantêm-se os mesmos elementos básicos do passado e as oportunidades ainda são restritas. Por isso, eles não conseguem ascender rapidamente e em grande número. Lutam com dificuldade até mesmo para conquistar melhores posições na camada mais baixa da sociedade.

Em face dessa situação, nosso objetivo consistiu em: a) averiguar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no período escravocrata, bem como explicar as condições responsáveis por sua emergência e analisar os seus principais efeitos dinâmicos em termos de suas funções, seja no plano da preservação da ordem escravocrata, seja no do ajustamento dos brancos e dos negros

* numa comunidade pobre, onde a escravidão coexistiu com o trabalho assalariado; b) analisar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no presente em Florianópolis, tendo como objetivo verificar como eles operam no mecanismo de peneiramento, de integração e ascensão sócio-econômica do mulato e do negro; c) verificar se os padrões de relações inter-raciais do presente guardam ligações com a ordem tradicional de acomodação racial. Nesse sentido, procuramos explicar quais as condições que permitiram a preservação desses padrões até o presente e discutir se os efeitos dinâmicos dos padrões de relações raciais no sistema de acomodação inter-racial do presente correspondem aos efeitos desses mesmos padrões no ajustamento de negros e brancos no passado.

Para explicar os problemas que tínhamos em mira fomos obrigados, também, a discutir, mais extensamente que o desejável, o desenvolvimento da economia da Ilha e mesmo do Estado de Santa Catarina. A falta de uma história econômica sistemática dessa região obrigou-nos a isso. Limitamo-nos, entretanto, a analisar os aspectos do desenvolvimento econômico da região que direta ou indiretamente poderiam contribuir para o esclarecimento dos problemas acima enunciados. Não tivemos, por isso, a pretensão de fazer um trabalho completo de reconstrução histórica.

Para realizar a investigação com esses objetivos julgamos conveniente elaborar duas hipóteses básicas de trabalho. Em primeiro lugar, com relação ao passado, o problema que se colocava era o de saber-se de que forma se inscreviam na organização social de uma comunidade pobre como Destêrro os padrões de relações inter-raciais da sociedade escravocrata brasileira. *Partimos de que os padrões de interação racial que foram elaborados nas áreas da grande propriedade territorial de base escravocrata deveriam, provavelmente, encontrar condições de*

atualização também em Destêrro, mas que deveriam sofrer reelaborações quanto à intensidade de suas manifestações, às formas de exteriorização e quanto às funções que exerciam no sistema de acomodação inter-racial. Deveríamos, pois, esclarecer em que sentido se verificaram essas reelaborações e quais seus efeitos em termos da preservação dos antigos padrões de contacto inter-racial no presente. Para o conhecimento desta situação no presente, julgamos conveniente elaborar uma hipótese destinada a apanhar dois aspectos inter-relacionados e igualmente importantes na análise da situação de contacto: as condições de convivência racial⁽⁶⁾ e as ideologias raciais⁽⁷⁾. Essa hipótese permite a compreensão da amplitude e das funções do preconceito racial na atualidade, podendo ser formulada do seguinte modo: *os padrões de comportamento inter-racial na comunidade estudada oscilam em função dos grupos raciais e conforme o grau de convivência exigido pelas situações sociais, isto é, de acordo com a posição dos sujeitos na estrutura social. Através dessas flutuações é que se pode examinar as formas de exteriorização, o grau de intensidade e a natureza do "preconceito racial"⁽⁸⁾ existente na sociedade brasileira.* Nesse sentido, o preconceito tende a agravar-se nas "áreas de tensão"⁽⁹⁾ da estrutura e organização sociais. Conseqüentemente, o negro, o mulato e o branco reagem de formas diversas, de acordo com aqueles níveis e conforme o grau de convivência inter-racial. Esta situação exige, em contraposição à ideologia racial elaborada pelo branco no passado, principalmente, uma ideologia do negro e do mulato, que se constitui sob a pressão das condições atuais de ajustamento inter-racial.

* * *

A investigação sobre as relações entre negros, mulatos e brancos, em Florianópolis, teve de partir das seguintes condições extra-científicas iniciais: limitado

525210414

tempo de permanência na comunidade e recursos materiais escassos. Tendo em vista estas condições é que planejamos a pesquisa. Não poderíamos dominar de forma completa, em duas semanas de permanência no campo, a situação de contacto no presente. E com relação ao passado, não dispusemos de tempo suficiente para levantar nas bibliotecas e arquivos locais material suficientemente amplo, variado e consistente. Resolvemos, por isso, agir conforme o seguinte plano.

Na primeira semana fizemos uma sondagem intensiva da situação de contacto entre negros, mulatos e brancos, por meio da observação direta e entrevistas, principalmente. Feito êsse levantamento inicial, realizamos uma análise preliminar dos dados assim obtidos, para definir empíricamente o fenômeno nos quadros da comunidade investigada, o que nos daria, ao mesmo tempo, a maneira pela qual deveríamos orientar as nossas pesquisas. Depois dessa análise, constatamos que a situação de contacto na comunidade deveria ser investigada através de duas vias principais:

- a) partindo-se do conhecimento do status do informante;
- b) através do conhecimento da dinâmica das relações sociais nos círculos de convivência social fundamentais da comunidade: esportes, escola, vizinhança, baile, família e trabalho.

Estas duas vias de investigação, que permitem uma análise estrutural das relações entre negros e brancos, sugeriram-nos os itens principais, a serem focalizados por qualquer das técnicas que empregássemos.

Para o conhecimento da situação de contacto inter-racial no presente, colhemos dados através de: entrevistas, relatos e depoimentos, histórias de clubes, associações e instituições, descrições de bailes, observações

da distribuição ecológica da população de côr, questionário aplicado à população escolar do ensino médio.

Aventamos a possibilidade de aplicar questionários a setores da sociedade local, com o fim principal de multiplicar rapidamente os dados sobre a situação de contacto no presente. Tínhamos já os itens principais, que deveriam ser focalizados por qualquer questionário que elaborássemos. Não possuíamos, contudo, dados que nos permitissem avaliar a que setor da população poderíamos aplicar um questionário com maiores possibilidades de êxito, tanto do ponto de vista da qualidade como da significação dos resultados que pudéssemos obter. Necessitávamos de dados sobre aqueles círculos de convivência social já mencionados, mas de um setor da população que pudesse ser considerado resultante de um corte vertical da pirâmide social. Para isso poderíamos aplicar o questionário em membros de famílias residentes em bairros típicos de cada estrato social, ou então nas escolas. A primeira alternativa foi logo posta de lado, quando consideramos os recursos materiais disponíveis para a realização dessa tarefa, além das dificuldades de seleção de uma amostra aceitável de famílias de bairros classificados segundo as camadas sociais predominantes nos mesmos.

Aplicar o questionário nas escolas foi considerada a alternativa aceitável por duas ordens de fatores. Primeiro, por causa da sua economia. Segundo, porque o conhecimento de alguns caracteres das populações escolares em outras comunidades assegurava-nos que elas se compõem, ainda que em proporções desiguais, de indivíduos pertencentes às diversas camadas sociais.

Restava-nos verificar a que escolares deveríamos aplicar um questionário, que abordaria assuntos tais como baile, casamento, etc. Evidentemente precisaríamos de estudantes que apresentassem um grau de maturidade social tal que fôsse possível tomá-los como membros

em vias de integração plena ao sistema de *status* e papéis sociais da comunidade, quando não já plenamente integrados. Isto é, que já participassem de outros grupos sociais, além da família, grupos de amizade, etc. Assim é que chegamos à conclusão de que deveríamos apanhar escolares que fôssem pelo menos adolescentes.

Feitas essas ponderações, foi imediata a escolha da população escolar distribuída por todos os cursos normais, colegiais (2.º ciclo) e técnicos de comércio. Esses indivíduos, conforme supúnhamos e constatamos posteriormente, apresentam idades que se distribuem do seguinte modo:

Idade	Frequência	Idade	Frequência	Idade	Frequência
14	2	24	5	34	4
15	26	25	6	35	2
16	72	26	6	36	—
17	93	27	6	37	1
18	96	28	3	38	1
19	82	29	6	39	3
20	51	30	—	40	1
21	40	31	4	41	2
22	18	32	1	..	—
23	19	33	1	45	1
TOTAL..... 552 ⁽¹⁰⁾					

O exame das profissões dos pais dos alunos, que constituíram o universo abrangido por nosso questionário, revelou que eles se distribuem do seguinte modo, segundo os estratos sociais principais da comunidade⁽¹¹⁾:

Classe baixa.....	118
Classe média.....	193
Classe alta.....	213
Sem declaração.....	28
TOTAL.....	552

Essa distribuição dos coeficientes dos pais dos informantes nas diversas classes decorre do fato de termos submetido o questionário somente a alunos do segundo ciclo do curso secundário, o que significa que apanhamos maior parcela daqueles cuja posição social lhes permitia continuar os estudos. Em outros termos, esses alunos representam a parcela da população de adolescentes que o sistema escolar selecionou.

Conforme dissemos em parágrafo anterior, o questionário somente foi elaborado depois de um levantamento preliminar de dados efetuado *in loco*. A nosso ver, este já é um fator favorável para uma utilização ampla dos dados obtidos através dessa técnica, pois foram seguidas as pistas levantadas pela sondagem inicial. Além disso, o confronto do material obtido pelas diversas técnicas utilizadas em campo e aquele reunido por meio do questionário, revela-nos um fato de suma importância para o tratamento do assunto. Verificamos, então, que os dados não se contradizem; pelo contrário, completam-se. Os caracteres da situação de contacto que pudemos apanhar com o questionário foram os mesmos revelados através das entrevistas e outras técnicas. Existe realmente coerência entre todos os dados colhidos no campo, o que reforça a nossa convicção de que o material fornecido pelo questionário pode ser aproveitado para a reconstrução da realidade. Ele serve não só para o alargamento da compreensão do fenômeno investigado, como também para a ampliação do âmbito da análise dos limites da população escolar investigada.

Enfim, o material empírico reunido para a análise das manifestações do preconceito racial em Florianópolis no presente pode ser dividido em dois grupos principais. Eles se referem a:

- I — a) distribuição ecológica da população de cor em relação com a branca;

- b) convivência entre brancos, negros e mulatos nos bairros, clubes (bailes), cinemas, vizinhanças e família;
 - c) relatos de situações através de entrevistas com membros dos diversos grupos raciais;
- II —
- a) atitudes e opiniões reveladas em entrevistas;
 - b) atitudes e opiniões reveladas por meio do questionário.

Evidentemente, êsses dados permitiriam diversos ângulos de análise. Procedemos, entretanto, a uma discussão estritamente sociológica. Não deixamos de levar em conta, todavia, que, como fatos sociais, êles se encontram em níveis diversos de convencionalização. Conforme procuraremos mostrar, enquanto uns encontram-se elaborados plenamente, outros acham-se ainda em emergência.

Neste trabalho, consideraremos as relações entre negros e brancos tanto a partir da perspectiva dêstes como daqueles. A investigação, tendo sido orientada no sentido de apreender o preconceito como produto social, procurou focalizá-lo dinamicamente, a partir da posição de cada um dos grupos no cosmo social.

O material empírico disponível não apresenta, contudo, o equilíbrio desejável no que diz respeito ao conhecimento dos comportamentos e atitudes de uns e outros. Não dispomos de documentação empíricamente variada e consistente. Algumas vêzes os dados sôbre um mesmo aspecto da realidade são desiguais, sendo mais completos ora sôbre os "indivíduos de côr", ora sôbre os brancos, como se verá. Aí está uma dificuldade insuperável para a análise exaustiva do fenômeno investigado. Ela não pode, contudo, ser transposta por dois motivos: primeiro, por causa da distribuição desigual dos negros e mulatos pelas diversas camadas sociais, o que significa distribuição diversa, conforme os círculos de convi-

vência social; segundo, porque os limites impostos pelas condições materiais da pesquisa não nos possibilitaram contacto íntimo e prolongado com os dois grupos. A documentação se ressentiu disso. A investigação realizada, contudo, permitiu-nos reunir material empírico suficiente para o conhecimento dos aspectos mais relevantes do fenômeno.

Quanto ao material utilizado para a análise dos padrões de contacto no passado e para a caracterização das principais fases do desenvolvimento da estrutura econômica e social de Destêrro e da Ilha, até o presente, baseamo-nos em:

I — *Fontes escritas:*

1. PRIMÁRIAS: a) jornais; b) documentos oficiais da Câmara e da Presidência da Província (correspondência, atas da sessões, etc.); c) relatórios e falas dos Presidentes da Província; d) levantamentos estatísticos e censos demográficos; e) relatos de viajantes e cronistas.
2. SECUNDÁRIAS: a) monografias de historiadores, geógrafos, economistas, etc.

II — *Outras fontes:*

1. Questionários e observação direta (para a caracterização da estrutura sócio-econômica do presente).
2. Entrevistas.

Os dados assim obtidos são, entretanto, desiguais, como se verá nos capítulos da primeira parte. Se para a caracterização de alguns momentos da evolução do sistema ocupacional, da estrutura social ou do sistema de acomodação inter-racial vigentes em Destêrro houve material empírico suficiente e consistente, para outras não foi possível a mesma homogeneidade. Além disso, como já dissemos, nossa preocupação nesse trabalho foi antes a de explicar certos processos sociais que nos

interessavam que a de reconstruir sistematicamente a evolução da estrutura econômica e social da cidade e do sistema de acomodação inter-racial. Dessa forma lançamos mão amplamente das fontes secundárias e de material publicado e restringimos a pesquisa das fontes primárias e de documentos inéditos apenas para os problemas sobre os quais não dispúnhamos naquelas de elementos suficientes para a análise.

Dividimos a exposição do trabalho em duas partes. A primeira foi subdividida em dois capítulos: "O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis" e "Economia e Estrutura Social: Aspectos do desenvolvimento da situação de contrato". No primeiro capítulo cuidamos de caracterizar as principais fases do desenvolvimento da estrutura econômica da cidade e mostrar as possibilidades que ela abria para o aproveitamento da mão-de-obra escrava e, depois da Abolição, de inclusão dos negros e mulatos no sistema ocupacional da comunidade. No segundo capítulo procuramos mostrar quais os padrões de contacto inter-racial vigentes em Destêro no período escravocrata e as tendências de mudança porventura existentes depois da Abolição, para compreender, assim, os efeitos dinâmicos do sistema de acomodação racial na integração dos negros e mulatos à estrutura econômica e social de Florianópolis.

Na segunda parte a discussão obedecerá o seguinte desenvolvimento. No capítulo intitulado "Raça e Mobilidade Social" apresentaremos a situação de contacto de acôrdo com as manifestações efetivas do comportamento⁽¹²⁾ dos negros, mulatos e brancos. Examinaremos o problema nos principais círculos de convivência social da comunidade, procurando pôr em evidência os focos de tensão encontrados. Em "A Ideologia Racial do Branco" pretendemos examinar alguns aspectos da ideologia racial de branco, conforme ela se manifesta no presente. No capítulo dedicado à análise da "A

Ideologia Racial do Negro e do Mulato" faremos uma apresentação de diversos elementos das manifestações dessa ideologia.

Finalmente, nas conclusões apresentaremos os resultados a que chegamos, além de algumas implicações das mesmas para a compreensão teórica do preconceito racial como fenômeno social. Em apêndice serão fornecidas as tabelas referidas no texto.

A apresentação do material empírico será feita da maneira que nos pareceu mais adequada ao tratamento do fenômeno investigado. Isto é, faremos, simultaneamente, sua apresentação e discussão. Poderemos assim conduzir com maior segurança a análise e apreender, a cada passo, os aspectos significativos do assunto.

* * *

A pesquisa realizada em Florianópolis, levada a efeito em julho de 1955, não teria chegado a seu termo se não tivéssemos contado com o concurso generoso de pessoas e instituições.

Queremos agradecer especialmente a colaboração prestada pelo professor Florestan Fernandes, que foi decisiva. Orientou-nos na elaboração do trabalho, como tem feito desde nossa vida escolar, fêz a leitura crítica dos originais e, como sempre, incentivou-nos e criou as condições intelectuais e materiais que permitiram a realização deste trabalho.

Renato Jardim Moreira trabalhou conosco no planejamento e no levantamento do material empírico, não tendo podido, como era do nosso desejo, colaborar na fase de interpretação e redação da pesquisa. Desta maneira, esta monografia é também fruto de seu esforço.

Ao INEP e ao CAPES, graças ao interesse do Dr. Anísio Teixeira e do Prof. Charles Wagley, devemos a subvenção que nos permitiu a permanência na comuni-

dade investigada. Não podemos deixar de lembrar aqui o apôio dispensado ao nosso trabalho pelo então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., Professor Eurípedes Simões de Paula. A Carlos Prosperi devemos a maior parte do trabalho de tabulação dos questionários aplicados nas escolas. A Éline Deloues Zöllner Ianni devemos a cooperação no levantamento das verbalizações de estereótipos.

Numa pesquisa de campo o concurso dos informantes e do grupo investigado é essencial. Nas pessoas dos srs. Tte. Ildfonso Juvenal e João Crisóstomo da Silveira agradecemos a colaboração sempre muito pronta e eficiente do grupo que investigamos, para o qual esperamos que este trabalho possa ter alguma valia.

Cabe registrar aqui, ainda, que se não fôsse a solícitude e o empêno generoso dos Srs. Desembargador Henrique da Silva Fontes, Dr. Oswaldo R. Cabral e Carlos da Costa Pereira, não teríamos podido, num lapso de tempo relativamente curto, obter os dados que coligimos. O Dr. Cabral cedeu-nos gentilmente o material histórico que dispunha sôbre os negros e escravos em Destêrro. Bôa parte dos dados com que lidamos para a análise das relações raciais no passado são o resultado do trabalho e da inteligência crítica dêste historiador que, num gesto de desapêgo que revela nêle um verdadeiro trabalhador intelectual, pôs seu fichário à nossa inteira disposição. Ao Dr. Fontes e ao Sr. Carlos da Costa Pereira somos devedores de inúmeros obséquios e de informações preciosas sôbre a terra e a gente catarinense, que através dêles aprendemos a admirar.

A primeira parte da presente monografia foi redigida por Fernando Henrique Cardoso, a segunda por Octávio Ianni, a partir de um plano comum.

São Paulo, junho de 1957

~~~~~

## PRIMEIRA PARTE

por

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

~~~~~

dentos. As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais eles prestam, regularmente, os seus serviços. Tornando-se trabalhadores livres e assalariados, nem por isso conseguiram até recentemente, em escala apreciável, novas oportunidades de especialização e classificação social. No presente, a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social. Tal processo, entretanto, ainda é incipiente, e, no conjunto, a posição do grupo negro na estrutura profissional da cidade apresenta traços de muita similaridade com a do passado.

CAPÍTULO II

Economia e Estrutura Social: Aspectos do desenvolvimento da situação de contacto

A análise que desenvolvemos, no capítulo precedente, do sistema econômico de Florianópolis é da posição que o grupo negro assume nêle, permite que se evidencie em que sentido se promoveu e tende a promover-se o ajustamento dos brancos e dos negros e seus descendentes mestiços à situação de contacto inter-racial proporcionada pela organização da sociedade investigada. No presente capítulo serão estudados alguns processos sociais através dos quais os referidos ajustamentos assumiam valor social e eram controlados socialmente. O material que dispomos para tal fim é, relativamente, pobre. Permite-nos, todavia, selecionar e analisar alguns problemas que merecem atenção por causa da sua provável relevância para a compreensão dos padrões de contacto inter-racial, e suas principais funções sociais, vigentes na sociedade brasileira do passado. Discutiremos, entretanto, apenas os processos sociais mais importantes que interferiram, em Desterro, no ajustamento dos negros e dos brancos à sociedade escravocrata.

Procuraremos evidenciar, também, em que sentido os referidos ajustamentos tenderam a modificar-se depois da abolição, e quais os processos sociais que atuaram na reelaboração do sistema de relações sociais, que se verificou em consequência das mudanças econômicas pelas quais a cidade passou. Em outras palavras, o